

Universidade Metodista de São Paulo
Methodist University of São Paulo
Universidad Metodista de São Paulo

CÁTEDRA

PREFEITO CELSO DANIEL DE GESTÃO DE CIDADES

MAYOR CELSO DANIEL CHAIR OF CITY MANAGEMENT
CÁTEDRA ALCALDE CELSO DANIEL DE GESTIÓN DE CIUDADES



ORGANIZADOR
Luiz Roberto Alves



Universidade
Metodista
de São Paulo

CÁTEDRA PREFEITO CELSO DANIEL DE GESTÃO DE CIDADES

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)

Conselho Diretor

Augusto Campos de Rezende [presidente]; Carlos Alberto Silva Trindade [vice-presidente]; Tania Mariz Kuchenbecker Rösing (secretária); Luiz Vergílio Batista da Rosa [bispo-assistente]; Elio Goulart; Esther Lopes; Gladys Barbosa Gama; Graciela Duarte Rito Rodrigues Aço; Márcio Miguel de Oliveira Arbex; Nely Azevedo Matolla

Reitor

Davi Ferreira Barros

Vice-Reitor Acadêmico

Clovis Pinto de Castro

Vice-Reitor Administrativo

Marcio de Moraes

Diretor da Faculdade de Ciências Administrativas

Luiz Silvério Silva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

Ivan Ricardo Gartner

Conselho de Política Editorial

Davi Ferreira Barros [presidente]; Clovis Pinto de Castro [vice-presidente]; Adolpho Carlos França Queiroz; José Marques de Melo; José Tolentino Rosa; Leonildo Silveira Campos; Marília Claret Geraes Duran; Peri Mesquida [representante externo]; Reinaldo Brito e Dias; Tânia Elena Bonfim; Vera Maria Barros de Oliveira

Comissão de livros

Vera Maria Barros de Oliveira [presidente]; Andréa Dias Quintão dos Santos. Edna Maria Barrian Perrotti; Sebastião Carlos de Moraes Squirra; Waverli Maia Matarazzo Neuberger

Editor-executivo

Luciano Sathler Rosa Guimarães

CÁTEDRA PREFEITO
CELSO DANIEL DE
GESTÃO DE CIDADES

Luiz Roberto Alves
(organizador)

Cecília de Almeida Gomes
Dagmar Silva Pinto de Castro
Ivan Ricardo Gartner
Joshua Onome Imoniana
Lili Kawamura
Lucy Aparecida de Sousa
Luiz Silvério Silva
Tania Margarete Mezzomo Keinert
Waverly Maia Matarazzo Neuberger

São Bernardo do Campo
2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Metodista de São Paulo)

C282 Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades /
organização de Luiz Roberto Alves. São Bernardo do
Campo : UMESP, 2003.
48 p.

ISBN 85.8758928-8

1. Administração pública 2. Ciências políticas 3.
Planejamento municipal I. Alves, Luiz Roberto

CDD 352



Rua do Sacramento, 230, Rudge Ramos
09640-000 São Bernardo do Campo, SP, Brasil
Telefone: 11 4366-5537; Fax: 11 4366-5827
Home page: <http://editora.metodista.br>.
E-mail: editora@metodista.br

Assistente editorial: Robson Franco Guimarães
Capa: Agência Experimental de Comunicação Mercadológica
Editoração eletrônica: Maria Zélia Firmino de Sá
Impressão: Gráfica e Editora Rudcolor

As informações e opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sumário

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | 7 |
| <i>Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva</i> | |
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| <i>Magnífico Reitor Prof. Dr. Davi Ferreira Barros</i> | |
| PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CÁTEDRA PREFEITO CELSO DANIEL DE GESTÃO DE CIDADES | 11 |
| <i>Comitê Executivo da Cátedra</i> | |
| O PATRONO CELSO AUGUSTO DANIEL | 27 |
| <i>Luiz Roberto Alves</i> | |
| CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA | 33 |
| <i>Celso Augusto Daniel</i> | |

PREFÁCIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

A Criação da Cátedra Prefeito Celso Daniel me emociona como Presidente e como amigo.

Como Presidente exalto a importância de se valorizar a cidade como objeto de reflexão e estudo e associar essa iniciativa ao companheiro Celso Daniel; pois ele compartilhava dessa necessidade a ponto de ter criado, em 1995, a Escola de Governo do ABC, que procurou fornecer formação nessa área aos diversos atores regionais.

A vinculação a essa nova cátedra da UMESP de um prêmio para inovações em políticas públicas com o nome de Celso faz justiça a uma trajetória administrativa reconhecida. Sua administração da cidade de Santo André e sua atuação regional buscavam valorizar a integração dos habitantes, garantir conforto e dignidade a todos os cidadãos e apontar novas possibilidades na gestão local e regional. Esse seu trabalho foi reconhecido pelos diferentes atores sociais do Grande ABC, por inúmeras instituições nacionais e internacionais, que premiaram a atuação de suas três administrações.

Esse seu sucesso administrativo me levou a convidá-lo a ser o responsável pelo plano de governo da minha campanha. Eu buscava competência técnica aliada a uma visão humanista. Procurava um político que não se esquecesse que por trás das estatísticas existem pessoas. Celso Daniel era a síntese dessas qualidades.

Mas esta homenagem que a Universidade Metodista faz ao Celso Daniel não me emociona somente como homem público. Emociona-me, de

forma mais forte ainda, como amigo e companheiro do Celso. Sua morte foi um choque brutal para mim e para todos aqueles que o conheceram na intimidade.

Perdemos todos: a família, os amigos, o Brasil. Que a Cátedra Prefeito Celso Daniel preserve sua memória política e administrativa e abra novos caminhos para a administração pública brasileira.

Brasília, 05 de novembro de 2003

APRESENTAÇÃO

PROF. DR. DAVI FERREIRA BARROS
MAGNÍFICO REITOR DA UMESP

A Universidade Metodista de São Paulo vive um momento singular de redefinição de sua estratégia institucional, através de um amplo processo de planejamento participativo onde a releitura dos objetivos pedagógicos, organizacionais e comunitários permitiu o estabelecimento de três diretrizes, que fundamentam o conceito de qualidade de ensino na instituição: "educação por toda a vida", "inserção regional" e "comunidade aprendente".

A Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades é um projeto que resulta deste processo de discussão, em conformidade com as definições institucionais, já que atua nos três pilares da Universidade, que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e atende às necessidades de integração local, regional, nacional e internacional. Do ponto de vista local-regional, a atuação da Cátedra conta com o apoio oficial do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

A preocupação com a gestão de cidades emergiu do interior do processo de desestruturação dos sistemas industriais, que também sinalizaram a desterritorialização das cidades. Se os processos econômicos já não se definem pelo núcleo da produção localizada, mas pelas conexões supra-territoriais, mudam plenamente as relações de trabalho e o significado da presença do plantel industrial, agora encarnado em processos ágeis de serviço e mercado.

Deste modo, a cidade muda, pois muda a consciência do trabalho (superestrato do doloroso desemprego) e muda o território. Nessas

mudanças, o Estado gestor deixa de ser normativo de um sistema de poder clientelista e autocrático para alcançar apoio com vistas à revitalização do território e recomposição das funções de Estado e Governo. No caminho da revitalização, ou reestruturação do sistema social local-regional, o próprio Estado local se transforma e moderniza-se.

Se tais mudanças ainda não apontam para o verdadeiro desenvolvimento social das maiorias, no entanto notam-se sinais de maior participação, incluídas novas formas de democracia direta, presença ativa de novos atores, buscas deliberadas de sinergia social, deslocamento de papéis sociais, por exemplo o de setores das mídias, que passam a apoiar projetos de mudança local. Caem fronteiras geográficas em nome de problemas e necessidades comuns de áreas conurbadas e a antiga administração pública reencontra-se como gestora política, visto que a *polis* é um lugar crescentemente complexo, que inclui poderes de Estado, poderes da sociedade organizada (e algum poder desorganizado) e poderes das cadeias produtivas. É bom lembrar que os poderes também se realizam como saberes e, deste modo, necessitam dialogar, visto que ninguém mais, nenhum gestor ou parte social consegue impor soluções isoladamente.

Deste modo, espalham-se consórcios de gestão, formas diversas de decisão sobre orçamentos públicos, agências reguladoras de desenvolvimento, descentralização de organismos e mesmo criação de secretarias e ministérios especialmente voltados para as novas formas de gestão. Os sentidos e valores do que já chamamos de desenvolvimento e progresso estão em xeque, mas ativos neste novo processo social. Daí que o desenvolvimento de massa crítica sobre os novos processos sociais é indispensável.

Neste contexto, a Universidade Metodista de São Paulo lança a Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades, que prioritariamente buscará tornar-se um Fórum privilegiado para que as pessoas e as organizações trabalhem as questões relacionadas com o espaço e com a vida urbana, com foco em cinco eixos temáticos: Sustentação Econômico-Ecológica das Cidades; Culturas da Cidadania nas Redes Internacionais; Gestão e Organização da Administração Pública; Relações Internacionais e Cidades e Estruturação do Futuro das Cidades.

PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CÁTEDRA PREFEITO CELSO DANIEL DE GESTÃO DE CIDADES

"...ainda nos falta massa crítica para
sustentar os projetos e políticas
das nossas cidades"
(*Celso Daniel, novembro de 2001*)

COMITÊ EXECUTIVO DA CÁTEDRA*

1. MISSÃO E PRINCÍPIOS

À luz das diretrizes educacionais da Universidade Metodista de São Paulo, expressas pela reitoria da UMESP, bem como pelo trabalho do patrono da cátedra, professor, ativista social e prefeito de Santo André até 20 de janeiro de 2002, enumeram-se princípios pelos quais a Cátedra buscará conhecer e estudar as cidades contemporâneas.

- 1.1. *Gestões abertas à pluralidade sócio-cultural*, que implica o reconhecimento de áreas, instâncias, interesses e projetos diversos na e da sociedade local-regional. Daí que a gestão da cidade inclui o governo, o protagonismo da sociedade civil e as mediações políticas, econômicas e culturais.
- 1.2. *Processo de avaliação contínua*, que revela a consciência crítica dos grupos sociais na análise dos processos de gestão das políticas

* Este trabalho é resultado das discussões feitas pelo Comitê Executivo da Cátedra, a partir de textos preliminares elaborados pelo Prof. Dr. Luiz Roberto Alves.

públicas, desde a sua idealização às conseqüências da implementação. Mesmo os métodos e técnicas de avaliação exigem transparência de seu manuseio e acompanhamento crítico.

- 1.3. *Compartilhamento de experiências*, que se origina da rede de problemas e possibilidades comuns das cidades e se consubstancia na formação de organizações públicas capazes de agregar forças e experiências local-regionais, tais como consórcios, câmaras setoriais e regionais, fóruns, agências de desenvolvimento etc.
- 1.4. *Produção e Comunicação de indicadores sociais*, que supõe a constituição de bancos de dados e informações e conseqüente compartilhamento social, aprimorando o seu rigor científico em qualidade e quantidade.
- 1.5. *Visão de futuro*, que trabalha a acumulação de conhecimento da complexidade social da cidade e a participação cidadã a serviço de planos diretores de longa distância, organizando-os por áreas de interesse e instâncias de tomadas de decisão coletivas.

2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Justificativa e relevância para a criação da Cátedra Prefeito Celso Daniel como espaço de trabalho do Programa de Pós Graduação em Administração da UMESP, bem como lugar de prática de extensão de serviços à comunidade e desenvolvimento de massa crítica.

2.1 Introdução

No final de novembro de 2001 o proponente desta Cátedra encontrou-se com o Prefeito Celso Daniel. Foi o penúltimo encontro, pois o derradeiro deu-se na conferência denominada *Cidade Futuro*, duas semanas depois. Terminado um debate coordenado por Jeroen Klink, Celso lembrou que o Grande ABC ainda não tinha massa crítica universitária capaz de dar suporte às necessidades do seu desenvolvimento. Poderíamos generalizar para o Brasil. Enquanto forem fundantes os temas em torno da

cidade, da pesquisa, capacitação de recursos humanos e da avaliação, terá valor a questão da massa crítica, universitária ou não, mas competente para realizar esse mister crítico.

No que toca à formação educativa, superior ou de nível médio, para a operação formadora e crítica, cabe ressaltar que uma região como a do Grande ABC não possui nenhuma instituição plenamente pública e com tradição equilibrada nas ações de ensino, pesquisa e extensão de serviços. Mas possui instituições comunitárias e autárquicas capazes de iniciar tal empreendimento. A correlação entre educação privada e pública, que no Brasil significa, respectivamente, 69 e 31%, exacerba-se na região, chegando próximo à totalidade. No caso brasileiro, 90% da pesquisa e do fomento à formação de massa crítica localiza-se nas universidades públicas, distribuídas irregularmente pelo país. Daí um dos nossos principais problemas, acrescido do PIB mediano, quase medíocre, destinado a educação, 4,6%, e de uma história de educação livresca, assistencialista e quase sempre autoritária no âmbito da infância e da adolescência. As conseqüências não poderiam ser positivas para a criação das melhores estratégias que nos levassem ao desenvolvimento, entendido como uma ação integral de civilidade e crescimento, quer material, quer simbólico, quer ambiental. Para que pudéssemos desenvolver as melhores estratégias, com base no rigor avaliativo, precisaríamos de massa crítica ainda ausente, com o risco adicional de emprendermos uma ação elitista, de poucas autoridades nos campos do desenvolvimento local-regional, capaz, além de tudo, de sobrecarregar esses mesmos poucos líderes. Seria uma governança equivocada, sem bases sociais.

2.2 Estratégias e dependências

As estratégias das cidades que desejamos construir passarão por ampla formação educativo-cultural. É um condicionante. Não podemos repetir em nível local-regional o processo já superado dos primeiros 30 anos do Brasil republicano, por exemplo antes da criação da USP, em que o processo de constituição do saber era recluso às elites regionalizadas,

que não viam além do umbigo. Aliás, foram precisamente as dinâmicas urbanas e o clamor popular dos tempos que chamamos de modernistas (a partir de 1920) que exigiram aberturas de formação educativo-cultural para além dos nichos regionais elitistas. As universidades federais buscaram sanar a lacuna, às vezes ao fio da navalha.

No seminário internacional de Santo André, 10 e 11 de junho de 2002, ocorreram sinais dessas ausências e, felizmente, de algumas presenças nesse campo de ação cívica. Por exemplo, quando Carmen Valareza, da municipalidade de Cuenca, Equador, demonstrou a falta de informações capazes de sustentar propostas e projetos de desenvolvimento. Efetivamente, segundo a representante equatoriana, falta mesmo é pesquisa, investigação. Diríamos, massa crítica. Do mesmo modo, o representante espanhol questiona sobre o melhor encaminhamento das políticas de formação profissional, fator de desenvolvimento que particularmente nos desafia e oprime, pois estamos em defasagem do pensado e proposto quando do planejamento estratégico regional, e mesmo antes, na chegada da Câmara Regional. De seu lado, Giampiero Rasimelli levanta questões graves na mesma direção: falta política de participação das universidades, ainda não são devidamente potencializados os espaços públicos indispensáveis, falta pesquisa comum. Assim, o protagonismo social fica mambembe.

Mais grave é que se carece de reconhecer o fato de não interessar qualquer pesquisa ou qualquer tipo de formação de massa crítica. Sua existência precisa ser qualificada como inclusiva, participativa, produtiva. Caso contrário, correm-se os velhos riscos do elitismo e outros *ismos* tão conhecidos em nossa cultura política, os quais rondam nossas novas ou renovadas cidades. Ou mesmo perde-se o bonde da história, pois este deve pensar em requalificar a cidade como lugar do exercício da cidadania e não somente espaço para morar, contribuir ou mesmo agregar-se, situações que nos lembram as relações rurais de classe e dependência. Portanto, uma relação colonizada.

Quando, ainda naquele seminário, ouviu-se o representante californiano, ficou evidente que o maior problema é o da educação. Ali estão os obstáculos que vão das discriminações às violências estruturais e especiais, às deficiências na geração e no compartilhamento dos conhecimentos, de

que decorre um sistema precário e mesmo inviabilizador de parcerias locais e regionais. Não há boas parcerias fora de um competente e democrático conhecimento, produtor de círculos de ação cultural promotoras de desenvolvimento. De fato, a educação é o valor central do desenvolvimento.

3. EXPECTATIVAS E INCÔMODOS

Ultimamente, quase se espera em vão pela melhor demonstração das conexões entre as estratégias da comunicabilidade gestionadas pelas cidades-regiões para o seu desenvolvimento e o trabalho crítico em torno dela, bem como seu compartilhamento social via agências e instituições universitárias. De fato, a pesquisa e a avaliação ficam parcialmente invisíveis nos discursos, embora seja possível acreditar que não estão invisíveis nas operações concretas dos atores das cidades. Provas disso são as citações comuns nos encontros de que participamos, assertivas a respeito das parcerias universitárias precarizadas, das insuficiências de formação profissional a par das exigências de melhor projeto educativo, ou mesmo de fazê-lo o centro das propostas de desenvolvimento local-regional. Aguça-se o problema na medida em que qualquer projeto de qualificação para o mundo do trabalho ficará canhestro e incompleto sem massa crítica de pesquisa rigorosa, quer a básica, quer a aplicada. Ora, em 1997 pensou-se nesta região do Grande ABC em qualificar ou requalificar 220 mil trabalhadores. Chegamos, talvez, a 15% desse total. Efetivamente, não houve parceria institucional entre forças produtivas, universidades, redes públicas de educação e ongs a fim de se empreender a tarefa. É forçoso reconhecer que não houve sequer conhecimento instituído regionalmente para o mister fundamental. Nos debates, seminários e na bibliografia sobre a região as menções a processos de qualificação deixam lacunas quanto ao labor científico-tecnológico que lhes ofereça bases, quer metodológicas, quer de matéria a ser apreendida e mesmo dos modos de avaliação dos resultados e seu acompanhamento público. Nenhum processo de conhecimento que se queira democrático completa-se fora desse círculo de saberes e práticas.

3.1 *Algumas convergências*

Há, porém, discursos e práticas que aproximam as cidades da região de municipalidades latino-americanas, européias e americanas, a saber: 1. Processos efetivos de transformação do território, das gestões, das políticas e dos valores culturais da cidade envolvem os diferentes atores sociais. Não há retorno, mas também não há garantia de desenvolvimento que sustente a todos e seja sustentado por todos no espaço da cidade-região. 2. Há um olhar, de todos os que conhecem a condição das cidades, interessado, concreto, visando a mudança dos processos evidentes de exclusão. 3. Busca-se recriar, às vezes dolorosamente, as formas da associatividade, para a qual também a educação e a ação cultural concorrem decisivamente. 4. Cria-se um corpo semântico mais ou menos comum, que tanto permite nosso diálogo global quanto abre espaços para defeitos e lacunas em escala.

Deste modo, cabe à cidadania organizada desenvolver atitudes novas quanto à valorização dos recursos humanos, entendidos muito além da gestão burocrática, isto é, como um novo processo de educação para a gestão tripartite (povo, governo, instituições) capaz de garantir a cidade em construção. A maior perda que se deve computar, hoje, não é a das evasões materiais e sim das evasões humanas, da opacidade dos grupos sociais, da vulnerabilidade das relações associativas, da postura em cheque das culturas do trabalho e suas formas de sustentação da vida diante das adversidades da história social. Cabe, também, o exercício da máxima criatividade em torno das inserções negadoras das exclusões, superando renovações de áreas centrais em detrimento dos centros plurais da cidade, negando a submissão ao conceito de cidade-vitrine em nome da cidade-comunicação e assumindo contínuas criações em torno dos sentidos de acessibilidade e participação. Idem a centralidade da educação e da cultura na construção simbólica das maiorias, negada a diretividade, ou dirigismo, capaz de transformar-se em sofisticado e moderno clientelismo.

3.2 Questões e Desafios

Processos complexos exigem construção ampla de saberes. Inclui-se aí a exigência da pesquisa com a devolução à comunidade, assim como trabalhá-la sob avaliação coletiva e análise rigorosa da experiência. Não se pode nem mesmo negar a pesquisa capaz de problematizar o fundamento dos conceitos caros ao desenvolvimento local no contexto da globalização. Cabe aí repensar continuamente em que coisa vai-se transformando a cidade que pretendemos seja lugar por excelência para o exercício da cidadania. Convém pensar teleologicamente, isto é, auscultar os fins da cidade, visto que talvez não se terá tão cedo a oportunidade de revitalizá-la sob a ótica da democracia. No entanto, antes de tudo cabe pensar se o atual processo globalizante é democrático e permite respostas necessárias aos fins da cidade cidadã. Enfim, (para começar) as universidades e centros de pesquisa precisam escapar da inércia, da postura caça-níquel, do espírito de domínio de campos de saber ou tutela de cursos, bem como dos sonhos faraônicos do capital para se constituírem parceiros (vide etimologia do termo) necessários – talvez indispensáveis – da caminhada que queremos construir, a qual deve impulsionar as cidades no rumo de desenvolvimento inclusivo e produtivo. Valor de extrema e grave responsabilidade social.

3.3 Proposta de objetivos para o trabalho da Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades, situada como núcleo de trabalho docente, discente e comunitário

- I. Desenvolver pesquisas integradas sobre os modos de gestão da cidade, diacrônica e sincronicamente, e constituir um sistema de informações econômicas e sociais sobre os agrupamentos municipais e regionais do Brasil, trabalhando eventualmente por metodologia comparativa com cidades do Mercosul e microfísicas de outras regiões do mundo. Considerar indicadores de qualidade de vida, formas de avaliação pública das gestões, constituição de novos atores sociais na sociedade contemporânea, modos de constituição e participação de cidadãos e

cidadãs, processos de tomada de decisão, construção simbólicas de grupos sociais, organizações e comunidades.

- II. Trabalhar para a formação contínua dos novos atores da cidade a fim de constituir massa crítica capaz da melhor análise e interpretação da cidade em sua complexidade. A constituição de grupos de pesquisa, em que interajam estudiosos da graduação ao doutorado, sob orientação de professores de diversas áreas e parceria com gestores e instituições sociais das cidades pode ser caminho para o processo formador. Outro modo de expansão e formação pode ser o estudo à distância, combinado com seminários presenciais para aprofundamento de estudos.
- III. Oferecer sustentação técnico-científica às instituições locais e regionais que trabalham pela revitalização das cidades e regiões, quer por acordos diretos de cooperação, quer pela mediação entre instâncias de governo e instituições de fomento.
- IV. Desenvolver metodologias de estudo e pesquisa que dêem conta da complexidade dos territórios urbanos e possam subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e demais formas de gestão das cidades. Expressar essas metodologias em seminários, aulas públicas, debates e congressos, como forma de compartilhamento e devolução comunitária.
- V. Criar veículos de expressão de estudos e pesquisas, capaz de aglutinar inteligência em torno do objeto e dos atores sociais e revelar marcas originais no tratamento da questão. Assim também, fazer dos veículos de expressão espaço de compartilhamento entre gestores e demais lideranças da sociedade organizada nas cidades.
- VI. Trabalhar temas transversais, escolhidos segundo a massa crítica já existente na UMESP, ou a partir de associação a instituições congêneres, buscando o aprofundamento temático, a originalidade dos enfoques e a agregação de contribuições necessárias ao desenvolvimento dos estudos.

4. EIXOS DE TRABALHO DA CÁTEDRA

Os eixos listados sugerem que os estudos, cursos de extensão, parcerias sociais, consultorias, pesquisas individuais ou integradas desenvolvidas na Cátedra tenham ali sua identidade, segundo interesses, especialidades e oportunidades de trabalho dos/das colegas pesquisadores e demais protagonistas do trabalho da Cátedra. A concentração em 5 (cinco) eixos garante a identidade global da cátedra e sua possível referência no cenário dos estudos similares, do Brasil e do exterior.

I. Sustentação econômico-ecológica das cidades

Revitalização dos espaços sociais urbanos com a garantia de equilíbrio e a busca da cidade justa, capaz de realizar as diversas inclusões impossibilitadas na história colonial-clientelista do país. Imanente ao processo de inclusão, o ato de revitalizar deve significar amplo processo de educação ambiental e contínua avaliação da saúde do habitat comum, resultante e condição própria da vida em comunidade.

II. Culturas da Cidadania nas Redes Institucionais

Criação e desenvolvimento de processos de participação social capazes de criar nova cultura política, tanto pela consciência da necessária comunicabilidade da gestão plural da cidade quanto pela inserção das subjetividades como lugares de diálogo e valores na construção da cidade necessária e desejável.

III. Gestão e organização da administração pública local

Lugar especializado da sustentação da cidade, a reorganização de serviços, procedimentos e políticas pode garantir quer a transparência e o conhecimento da realidade da gestão, quer o apoio, a aderência e a identidade de cidadãos e cidadãs ao espaço social finalmente apropriado pelos atores do espaço público.

IV. Relações internacionais e cidades

Identificação de políticas e práticas em busca de novos caminhos para os efeitos da globalização sobre as cidades, considerando os intercâmbios tecnológicos, culturais, político-sociais, ambientais e os movimentos migratórios.

V. Estruturação do futuro das cidades

Capacidade de estabelecer planos diretores, planejamentos estratégicos e programas plurianuais como resultados da agregação ativa dos diferentes atores da cidade em torno de políticas públicas integradoras, possibilitando a existência e a operação de um quadro de referências passível de implementação acompanhada e avaliada também coletivamente.

5. SERVIÇOS OFERECIDOS

5.1 Boletim e Banco de Dados

- I. Boletim dirigido aos 5500 municípios brasileiros e ongs especializadas com referências específicas às inovações em políticas públicas: teoria e prática. É necessário considerar a diversidade populacional dos municípios brasileiros na produção e veiculação da informação. Nesse sentido, a criação e o desenvolvimento de grupos de discussão por temas importantes aos municípios virá ao encontro dessa necessidade.
- II. Banco de Dados sobre gestão de cidades dentro dos 5 eixos. Incluirá teses e dissertações inéditas, do país e do exterior.

Os itens I e II permitem criar um portal na Internet para o diálogo interinstitucional (prefeituras, ongs e outras instituições interessadas) com presença ativa de professores e pesquisadores da UMESP. Ensejam também avanços na educação continuada de grupos de estudo à distância e/ou semi-presenciais.

